



IMPLICAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA CIENTÍFICA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Patrícia da Conceição Lima Torres ¹

Carmen Lúcia de Oliveira Cabral ²

RESUMO

Este estudo tem por finalidade aprofundar a discussão acerca da importância da ética na preservação da integridade no âmbito da pesquisa científica no campo da educação. Nesse sentido, o texto discute sobre a significância da ética na condução da pesquisa, enfatizando os princípios que orientam a conduta íntegra dos/as pesquisadores/as. O estudo explora a relevância ética na garantia da integridade do processo de pesquisa, na salvaguarda dos direitos dos/as participantes envolvidos e na sustentação da credibilidade dos resultados alcançados. Além disso, aborda os desafios enfrentados pelos/as pesquisadores/as ao adaptar pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais ao sistema de revisão ética das Ciências da Saúde; a atuação dos Comitês de Ética, assim como as implicações do plágio e outras más condutas na pesquisa científica, especialmente no campo educacional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e bibliográfico, que utiliza as contribuições teóricas de autores/as como Krokosz (2011), Severino (2014), Silva (2008) e Vilaça (2015). Os resultados da investigação apontam que os mecanismos de detecção de fraude estão em constante aprimoramento, o que amplia as oportunidades para monitorar incidentes e aplicar medidas punitivas contra aqueles/as que praticam tais atos. Atualmente, nota-se um movimento abrangente que envolve universidades e outras instituições de destaque em nível nacional, visando fortalecer iniciativas voltadas para a promoção da integridade científica.

Palavras-chave: Ética. Pesquisa Científica. Educação. Más condutas.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal (UFPI), Mestra em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Especialista em Administração e Supervisão Educacional pela Faculdade de Ensino Superior do Piauí (FAESPI), Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Profissionalização Docente em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (NUPPED-UFPI). patriciacacto@gmail.com

² Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Professora titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal (UFPI). Coordenadora Adjunta do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Profissionalização Docente em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (NUPPED-UFPI). carmencabral@ufpi.edu.br



1. INTRODUÇÃO

A abordagem da ética representa uma dimensão imprescindível no interior da comunidade científica. Nessa perspectiva, os fundamentos éticos que permeiam a pesquisa abrangem um conjunto de princípios e normas que orientam a conduta dos/as pesquisadores/as. Essa esfera ética possui uma relevância fundamental, atuando não somente na preservação da integridade do empreendimento científico, mas também na proteção dos/as participantes envolvidos/as, conferindo credibilidade aos desdobramentos das pesquisas.

As reflexões levantadas nesse estudo têm como objetivo discutir a importância da ética para preservar a integridade da pesquisa científica no campo da educação. Neste sentido, a investigação partiu dos seguintes questionamentos: Quais pressupostos éticos norteiam a realização da pesquisa científica? Quais são os desafios enfrentados pelos/as pesquisadores/as ao adaptar as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais para se adequarem ao sistema de revisão ética, que estabelece um código de conduta específico para pesquisas em Ciências da Saúde? Qual é o papel desempenhado pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) no âmbito científico? Quais as implicações resultantes do plágio no contexto da pesquisa científica? Quais são as consequências decorrentes das más condutas na pesquisa científica?

Considerando os questionamentos apontados, realizou-se uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo e bibliográfico, subsidiada na literatura sobre a ética na pesquisa científica, com predominância nos estudos de Krokosz (2011), Severino (2014), Silva (2008) e Vilaça (2015). O presente artigo está estruturado em três tópicos, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente, será apresentada uma discussão sobre a dimensão ética da investigação científica, a partir dos estudos de Severino (2014), na qual se abordará a problemática da ética nos espaços acadêmicos, bem como a atuação das instâncias de revisão ética das pesquisas no Brasil, como a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) - criados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) a partir das Resoluções 466/12 e 510/16 - perpassando pelo debate sobre os desafios de adequação das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (com narrativas dos seres humanos) neste sistema que estabelece um código de conduta voltado aos processos referentes às pesquisas em Ciências da Saúde (em seres humanos). Em seguida, discutiu-se sobre os aspectos das más condutas na pesquisa científica, com base nos referenciais de Silva (2008) e Krokosz (2011), para tratar sobre o problema do plágio, autoplágio, fabricação e falsificação de dados na pesquisa acadêmica. Posteriormente, a partir das contribuições de Vilaça (2015), que procura ampliar o



escopo analítico sobre essas práticas no campo educacional, foi desenvolvida uma discussão sobre as formas de retratação e punição por más condutas dos/as pesquisadores/as.

2. METODOLOGIA

Na condução desse estudo, optou-se por empregar a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa, uma vez que essa perspectiva de pesquisa se mostra relevante para explorar e compreender as nuances inerentes às complexidades do objeto em análise, conforme Richardson (1990, p. 80):

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A pesquisa descritiva e bibliográfica possibilitou um embasamento teórico significativo para essa investigação. A abordagem da pesquisa descritiva busca apresentar uma análise minuciosa do fenômeno em estudo, enquanto a pesquisa bibliográfica proporciona uma fundamentação teórica consistente. Segundo Santos (2016, p.197), a pesquisa bibliográfica percorre as seguintes fases: “escolha e delimitação do tema, coleta de dados, localização das informações e documentação dos dados (anotação e fichamento).”

A combinação dessas abordagens oferece possibilidades para uma exploração abrangente e aprofundada da temática em estudo, partindo da contextualização adequada e da formulação de conclusões embasadas. As reflexões que serão desenvolvidas têm como referências as contribuições de Krokosz (2011), Severino (2014), Silva (2008) e Vilaça (2015), além da análise de documentos elaborados por instituições que abordam a temática em estudo, como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Ao construir as reflexões com base nessas contribuições teóricas, buscou-se enriquecer o debate e contribuir para um maior entendimento da temática em questão.

3. A DIMENSÃO ÉTICA DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A ética desempenha um papel indispensável no ambiente acadêmico, uma vez que a autenticidade das pesquisas é fundamental para preservar a credibilidade da comunidade



científica. De acordo com Severino (2014, p. 200), “a sensibilidade à problemática da ética se expressa em todos os espaços em que a vida acadêmica e científica se desenrola.” A ética na pesquisa visa abordar questões particulares relacionadas à investigação envolvendo seres humanos, que emerge em várias etapas do processo de pesquisa. Essas considerações abrangem o cenário no qual ocorre a pesquisa, as implicações éticas nas escolhas realizadas pelos/as pesquisadores/as, as organizações envolvidas e os/as colaboradores/as que participam da pesquisa.

No Brasil, a condução das pesquisas que envolvem seres humanos está sujeita à regulamentação e supervisão por parte da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), entidade integrante do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e vinculada ao Ministério da Saúde. A CONEP exerce uma função de suma importância na análise dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos. Sua missão consiste em criar e manter atualizadas as diretrizes e regulamentos destinados a assegurar a proteção dos/as participantes de pesquisas, além de coordenar a rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) presentes nas instituições.

No interior das Universidades, os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), instituídos pelo CNS, assumem um papel relevante ao assegurar a definição de um conjunto de diretrizes que regulamentam a pesquisa científica envolvendo seres humanos. De acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) possuem um “caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.” De acordo com Severino (2014, p. 206), as tentativas de normatização da prática de pesquisas científicas com sujeitos humanos são positivas, pois “buscam criar referências legais, normativas, assinalando caminhos e procedimentos a serem seguidos pelos pesquisadores, até mesmo independentemente de suas convicções pessoais.” Entretanto, o referido autor destaca que a norma assume uma função mais jurídica do que ética e sustenta que as leis servem para conferir a legalidade às ações, enquanto a legitimidade dessas ações está profundamente ligada à conduta de cada pesquisador/a:

A norma jurídica, configurada em códigos positivados, tem, pois, sua relevância maior em sistematizar e circunscrever os critérios do agir. Elas não tornam as ações legítimas, mas apenas legais. Mas, ao se tornarem normas legais, assinalam um critério mais objetivo, que se dirige a todos, superando uma opção puramente subjetiva e individualizada. Ao mesmo tempo, seguir a norma, mais que garantir egoisticamente os direitos do agente, marca os limites dos direitos do agente e garante o direito dos terceiros envolvidos. (Severino, 2015, p. 779).



Nessa abordagem, conforme observado por Severino (2014; 2015), é inegável que as resoluções 196 e 466 do Conselho Nacional de Saúde representam um avanço considerável no aprimoramento ético da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. Todavia, ressalta as possíveis restrições sobre a “tecnicidade e direcionamentos muito específicos, decorrentes do fato de se originarem no contexto peculiar da área médica.” (Severino, 2014, p. 207).

Trata-se de uma tarefa de significância imensurável enfrentar os desafios complexos de adaptar as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que envolvem seres humanos a um sistema pautado por um código de conduta destinado às investigações em Ciências da Saúde. Como destaca Severino (2014), compete às demais áreas delinear elementos específicos capazes de preservar a integridade ética de cada domínio. Nesse contexto, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED) tem se empenhado em promover iniciativas voltadas para a criação de códigos de conduta ética direcionados, de forma específica, ao âmbito da Educação.

Em 2015, a ANPED instituiu uma Comissão com o propósito de fomentar discussões acerca da ética na pesquisa. Um dos resultados tangíveis dessa iniciativa foi a produção de um documento intitulado “Ética na Pesquisa em Educação: subsídios”, distribuído em dois volumes. O primeiro volume, lançado em 2019, reitera o compromisso da ANPED com o contínuo aprimoramento da pesquisa em Educação e com a relevância da ética no processo de pesquisa (ANPED, 2009). O segundo volume, editado em 2021, é fruto da colaboração de pesquisadores/as provenientes de diversas instituições. Esse volume contempla uma variedade de textos relacionados à ética na pesquisa, incluindo relatos de experiências e/ou coordenação de Comitês em Pesquisas (CEPs), além de análises do Projeto de Lei nº 7.082/2017, que trata de pesquisa clínica envolvendo seres humanos e estabelece o Sistema nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Nos capítulos V e VII do Volume 2, do documento mencionado, são enfatizadas a Integridade na Prática Científica (Peixoto, 2021) e a Ética na Publicação Científica (Carvalho, 2021). Nestas seções, os autores discutem temas relacionados às condutas inadequadas que prejudicam a integridade e a credibilidade da pesquisa, bem como as consequências dessas ações para a comunidade científica:

A função da ética na publicação científica é corolário do fato de que não há sociedade nem comunidade de normas perfeitas. Do contrário, a ética seria desnecessária como práxis de escolhas existenciais, de compartilhamentos existenciais, de ensejo de valoração e de vínculos almejados. Somente é ética, então, a publicação científica que elabora sobre si a relação constante entre seu vínculo com o fazer ciência e o ato de publicizá-la sob o coeficiente de seus sentidos comunitários. É sob essa ótica que se situam o Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do Conselho Nacional de



Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), publicado em 2011, o qual aborda a relação ética e a integridade na prática científica; a sessão Boas Práticas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (2021); [...]. As causas comuns aí situadas não se dissociam do cenário predatório de competitividade acadêmica e das buscas por resultados imediatos, muitas vezes acumpliciados por setores inteiros que manejam interesses escusos nas publicações científicas. Os atalhos e os desvios éticos quase sempre almejam sobrepujar o próprio ato ético da publicação científica. (Carvalho, 2021, p. 67).

A ética é reconhecida como uma prática fundamental para fazer escolhas e compartilhar conhecimento. Conforme observado por Carvalho (2021), uma publicação científica é considerada ética quando estabelece uma conexão contínua entre o processo de produção do conhecimento científico e a sua divulgação, levando em conta os elementos que integram a comunidade científica. O autor em questão ressalta a importância da ética na publicação científica, além de mencionar documentos que abordam essa temática. Nesse sentido, é destacado o Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), datado de 2011. Sobre este documento, Severino (2014) corrobora a perspectiva de Carvalho (2021) ao afirmar que o CNPq tem respondido de maneira efetiva às ocorrências de fraude em publicações científicas, por meio de uma Comissão Especial. Essa Comissão é encarregada de formular recomendações e diretrizes voltadas à ética e às boas práticas no âmbito das pesquisas científicas.

Severino (2014) destaca também a iniciativa do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que emitiu, em 2010, uma recomendação oficial direcionada às instituições de Ensino Superior do país. Tal recomendação propõe a implementação de medidas com o propósito de prevenir a ocorrência de plágio nas produções acadêmicas. Essas ações, delineadas por instituições como a OAB, ANPED, CNPq e FAPESP representam um passo significativo na promoção da integridade acadêmica e na preservação da originalidade nas atividades de pesquisa e publicação.

3.1 Desvios éticos na investigação científica: a má conduta dos/as pesquisadores/as

No âmbito do “Código de Práticas Científicas” da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a seção IV delinea, com precisão, o conceito de má conduta científica. Desse modo, a má conduta científica é nitidamente definida como:

[...] toda conduta de um pesquisador que, por intenção ou negligência, transgride os valores e princípios que definem a integridade ética da pesquisa científica e das



relações entre pesquisadores, tal como os formulados neste código. A má conduta científica não se confunde com o erro científico cometido de boa-fé nem com divergências honestas em matéria científica. (FAPESP, 2014, p. 31).

O documento descreve o conceito de má conduta científica, que se refere aos comportamentos inadequados ou antiéticos por parte do/a pesquisador/a durante sua atividade científica. A má conduta científica ocorre quando um/a pesquisador/a viola intencionalmente ou por negligência os valores e princípios que são fundamentais para a integridade ética da pesquisa e das relações entre pesquisadores/as. O texto destaca, ainda, que a má conduta científica não deve ser confundida com erros científicos feitos de boa-fé ou com divergências honestas no campo da ciência. Erros científicos feitos de boa-fé se referem a equívocos genuínos cometidos durante a pesquisa, mas sem a intenção de violar os padrões éticos. Divergências honestas, por outro lado, se referem a diferentes interpretações ou opiniões legítimas dentro da comunidade científica sobre um assunto específico.

A má conduta científica envolve ações que vão além de simples erros ou divergências de opinião, abrangendo comportamentos que prejudicam a integridade e a credibilidade da pesquisa científica e das interações entre os/as pesquisadores/as. O “Código de Práticas Científicas” (FAPESP, 2014) enfatiza a importância de manter altos padrões éticos e de integridade na prática da pesquisa e lista as condutas graves mais típicas e frequentes:

(a) A fabricação, ou afirmação de que foram obtidos ou conduzidos dados, procedimentos ou resultados que realmente não o foram. (b) A falsificação, ou apresentação de dados, procedimentos ou resultados de pesquisa de maneira relevantemente modificada, imprecisa ou incompleta, a ponto de poder interferir na avaliação do peso científico que realmente conferem às conclusões que deles se extraem. (c) O plágio, ou a utilização de ideias ou formulações verbais, orais ou escritas de outrem sem dar-lhe por elas, expressa e claramente, o devido crédito, de modo a gerar razoavelmente a percepção de que sejam ideias ou formulações de autoria própria. (FAPESP, 2014, p. 31).

Os aspectos da má conduta na pesquisa científica, como o problema do plágio, autoplágio, fabricação e falsificação de dados na pesquisa acadêmica, configuram o objeto de investigação de Silva (2008). A referida pesquisadora conduziu um estudo junto aos/às estudantes matriculados no curso de Letras de uma instituição pública de Ensino Superior. Seus achados evidenciam que o acesso à internet tem expandido significativamente as opções de pesquisa disponíveis. Entretanto, também ressalta a crescente probabilidade de as pessoas incorrerem em práticas de apropriação indevida de obras, desrespeitando, assim, os direitos autorais. Dessa maneira:



A prática de plagiar existe há muito tempo, bem antes da Internet; mas, com ela, esse ato se torna uma possibilidade aberta ao infinito. O fato é que a praticidade, a economia e a velocidade que os textos digitais oferecem – e que deveriam estimular um pensar diferenciado, uma sede de saber, em busca de novos conhecimentos – têm contribuído para potencializar essa ação dentro da universidade, quando ao aluno é proposto construir textos como resumo, resenha, artigos, entre outros. O transitar na constante busca de informações na Internet tem se convertido na compulsão do simples clicar desordenadamente; o graduando tem revelado um agir impulsivo, de movimentos impensados, sem a necessária sistematização que deve estar fundamentada em objetivos de busca no processo de aprendizagem, relacionando ética, estética e técnica. (Silva, 2008, p. 361).

Com base nos referenciais de Silva (2008, p. 367), é contundente compreender que a internet não deve ser concebida como mero facilitador do ato de plágio, mas “se constituir em locus para que a inventividade, a iniciativa, a reflexão a construção da identidade do graduando, como autor, possam ser exploradas, incentivando-o a construir situações, em que se instaure a produção do conhecimento [...]”. Diante dessas considerações, torna-se indiscutível a necessidade de estabelecer mediações apropriadas, visando abordar as práticas inadequadas que permeiam o campo da produção textual acadêmica. A autora mencionada ressalta a urgência desse enfoque, evidenciando que ações direcionadas a essa problemática são essenciais para garantir a integridade acadêmica e a formação ética dos/as pesquisadores/as.

A problemática do plágio no contexto das produções científicas é um aspecto relevante de discussão e que mais preocupa as instituições de pesquisa. Krokosz (2011), em seu estudo, discute minuciosamente a questão do plágio ao analisar as três principais Universidades de cada um dos cinco continentes, incluindo o Brasil. O autor destaca que

o plágio está relacionado diretamente ao cotidiano acadêmico e, por caracterizar-se como prática desonesta, é incompatível com o escopo universitário de criação e desenvolvimento do conhecimento, constituindo-se demanda que requer imprescindível reflexão e posicionamento institucional. (Krokosz, 2011, p. 746).

A observação de Krokosz (2011, p. 765) destaca que o enfrentamento ao plágio no ambiente acadêmico demanda uma transformação substantiva nas práticas das instituições envolvidas. O autor enfatiza a importância das estratégias de formação, a implementação de um abrangente Código de Ética e o aprimoramento substancial dos materiais veiculados nos canais de comunicação (*home page* e documentos institucionais), ilustrando-os como exemplos positivos para atenuar o plágio no âmbito acadêmico.

3.2 Más condutas na pesquisa científica: uma abordagem sobre as consequências

Destaca-se com ênfase que as condutas científicas inadequadas, conforme ressalta Vilaça (2015), impõem constrangimentos à integridade da ciência pelo mundo. O autor mencionado realiza uma avaliação que aponta para a escassez de estudos no campo da educação abordando esse tema específico. No entanto, reconhece a relevância das pesquisas conduzidas por Silva (2008) e Krokosz (2011). Nessa perspectiva, Vilaça (2015) busca expandir o escopo analítico, oferecendo contribuições essenciais para uma reflexão mais profunda no campo educacional:

1) À guisa de contextualização e crítica, contesto a tendência de responsabilização individual e desconsideração da influência do contexto de pressão por publicação sobre as más condutas; 2) De modo informativo, identifico e comparo definições de más condutas/ práticas científicas de algumas das agências internacionais e nacionais mais relevantes; 3) A título de problematização, defendo a tese de que um rol restrito de más práticas (tríade FFP – fabricação, falsificação e plágio) é insuficiente para pensar o compromisso ético do cientista, pois uma série de outras práticas antiéticas seria indevidamente negligenciada. (Vilaça, 2015, p. 248).

Conforme a abordagem proposta por Vilaça (2005), deve-se levar em conta a pressão exercida para realizar publicações, especialmente em revistas de elevado índice de impacto. Contudo, é importante reconhecer que as exigências do contexto de pressão não podem justificar as razões de más condutas científicas. Nesse sentido, o autor ressalta que “a preocupação com a integridade de pesquisa seria, antes de tudo, uma *responsabilidade do indivíduo*, ainda que não se eximam as instituições ligadas à pesquisa [...] de promover o cumprimento das diretrizes éticas.” (Vilaça, 2015, p. 252, grifo do autor).

Outro ponto de relevância enfatizado por Vilaça (2015) no que diz respeito às más condutas científicas é a “lógica mercantil”, na qual empresas oferecem serviços acadêmicos como consultoria, revisão científica, estratégia de artigos, dentre outros, com altos custos para o/a “contratante”. O autor sustenta que, até mesmo as instituições de Ensino Superior públicas têm contratado os questionáveis serviços dessas empresas, “os quais são práticas controvertidas que dão corpo a um rentável comércio, que põem dada concepção ética de ciência em risco.” (Vilaça, 2015, p. 250-251).

Vilaça (2015) se empenha em ampliar a abordagem relacionada à integridade da pesquisa, ao mesmo tempo em que introduz elementos analíticos relacionados às más condutas científicas que transcendem a tradicional tríade “FFP - fabricação, falsificação e plágio”. De



maneira semelhante, o autor argumenta que os métodos de detecção de fraude estão se aprimorando, o que, por sua vez, expande as possibilidades de monitoramento de ocorrências e a aplicação de medidas punitivas contra aqueles/as que cometem tais fraudes. As medidas punitivas, segundo pesquisas, envolvem: advertências, retratações, “despublicação” de artigos, até ações mais severas como suspensão de títulos, ações judiciais ou processos criminais contra a pessoa que comete a fraude.

Desse modo, fica evidente que um movimento envolvendo as Universidades e outras renomadas instituições no âmbito nacional está em curso para impulsionar iniciativas voltadas à promoção da integridade científica. Nesse contexto, as contribuições teórico-metodológicas de Krokosz (2011), Severino (2014), Silva (2008) e Vilaça (2005) fornecem um vasto horizonte de possibilidades para uma análise das dimensões éticas que permeiam a pesquisa científica no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa científica deve ser guiada por princípios éticos fundamentais que assegurem o direito e bem-estar dos/as participantes, a confiabilidade dos resultados e a relevância do trabalho investigativo. Nessa linha de atuação, os Comitês de Ética em Pesquisa desempenham um papel relevante ao avaliar e aprovar os projetos, assegurando que as normativas éticas estabelecidas serão respeitadas. Os/as pesquisadores/as das áreas de Ciências Humanas e Sociais enfrentam constantes desafios para adequar suas pesquisas ao sistema de revisão ética, que estabelece um código de conduta específico para pesquisas em Ciências da Saúde. Nesse entendimento, há um movimento organizado pela ANPED no sentido de debater e sistematizar, junto à comunidade científica, subsídios específicos para o campo da educação. Além de ampliar a representatividade das áreas de Ciências Humanas e Sociais nos CEPs.

A crescente abordagem das questões relacionada às más condutas na pesquisa científica está ganhando força e amplitude em nível nacional, tanto em Universidade quanto em outras instituições. Esse movimento visa potencializar ações que promovam a integridade científica de forma mais incisiva e abrangente. Portanto, a comunidade acadêmica, ao se comprometer com a ética na pesquisa, reforça o seu compromisso com a excelência científica e consolida sua determinação de construir um conhecimento de qualidade e digno de confiança.



REFERÊNCIAS

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios - volume 1. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: [ética e pesquisa em educacao - isbn final.pdf \(anped.org.br\)](#). Acesso em: 29/05/2023.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios - volume 2 / Comissão de Ética em Pesquisa da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, 2021. Disponível em: [ANPED disponibiliza gratuitamente o e-book “Ética e Pesquisa em Educação: subsídios” - volume 2 | ANPED](#). Acesso em: 29/05/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Normas para pesquisa envolvendo seres humanos** (Res. CNS n.º 196/96 e outras). Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. 2. ed. ampl., 1.ª reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/normas_pesquisa_sereshumanos.pdf. Acesso em: 14/11/2022.

FAPESP. **Código de boas práticas científicas**. 2014. Disponível em: https://fapesp.br/boaspraticas/FAPESP_Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf. Acesso em: 29/05/2023.

KROKOSCZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 48, p. 745-818. set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tKsDQfr6xgRGbNTghvQRFnK>. Acesso em: 03/10/2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social, métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas: 1999.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Métodos e técnicas da pesquisa científica**. 12 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Dimensão ética da investigação científica. **Práxis Educativa** [online]. Ponta Grossa, v. 09, n. 01, p.199-208, jan./jun.2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4772898>. Acesso em: 30/09/2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Ética e pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45 n. 158 p.776-792 out./dez. 2015. Disponível em: [SciELO - Brasil - Ética e pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica](#) **Ética e pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica**. Acesso em: 30/05/2023.



SILVA, Óbdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 38, maio/ago. 2018. Disponível em: [gt10-1744-int.pdf \(anped.org.br\)](#). Acesso em: 14/11/2022.

VILAÇA, Murilo Mariano. Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para in-formar uma reflexão sobre o tema. **Revista Brasileira de Educação**. v. 20, n. 60, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13037>. Acesso em: 07/10/2022.